

Cadeias de Equivalência e *Assemblage*: Convergências entre as teorias de Ernesto Laclau e Manuel Delanda

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida¹

Introdução

Um dos conceitos de grande pertinência para Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na obra *Hegemony and Socialist Strategy* é o de cadeia de equivalência. Nas obras subsequentes, Laclau continuou a empregar essa noção, principalmente ao confrontar a relação de ambiguidade e entrelaçamento que permeia os polos de identidade e diferença, particular e universal².

É importante lembrar, no contexto dessa discussão, que a retomada de uma certa preocupação com o universal, dentro da elaboração de uma teoria política de esquerda, vai se mostrar como um dos traços característicos do projeto teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na obra publicada em 1985. Esse projeto teve como panorama sócio-histórico um momento em que as grandes narrativas emancipatórias de esquerda mostravam-se cada vez mais contestadas, confrontadas tanto pela ascensão de novos blocos políticos quanto pelo fundamentalismo religioso. Na década de oitenta poderíamos dizer que a esquerda atravessava uma crise estratégica³.

Essa crise torna-se mais séria considerando que, após o colapso das economias socialistas, quadros de severa desigualdade social e pobreza têm sido parte do cotidiano de muitas sociedades. Reformas voltadas para conferir uma maior autonomia aos mercados, mediante a sua desregularização, acompanham também uma progressiva alienação da sociedade civil em termos de participação política⁴.

Ainda no que se refere a esse panorama histórico em particular, é importante mencionar o surgimento de novos atores políticos com demandas cujas especificidades dificilmente encontrariam aderência em estratégias discursivas que

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Faculdade Boa Viagem/DeVry em Recife, Pernambuco.

² Cf. LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990, p. 32 e ss; LACLAU, Ernesto. Universalism, Particularism and the Question of Identity. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. London: Verso, 2007, p. 28 e ss.

³ Cf. SMITH, Anna Marie. *Laclau and Mouffe – The Radical Democratic Imaginary*. London and New York: Routledge, 1998

⁴ Cf. GREBE, Eduard. Contingency, contestation and hegemony - The possibility of a non-essentialist politics for the left. *Philosophy & Social Criticism*, v. 35, n. 5, 2009, p. 590.

elegiam como principal ator histórico das mudanças sociais o proletário. Daqui podemos observar que essa crise estratégica é também uma crise teórica, e os primeiros capítulos de *Hegemony and Socialist Strategy* serão dedicados à desconstrução dos conceitos e premissas usuais do marxismo tradicional. Dentre os vários traços que podem ser atribuídos a essa posição, dois são bastante destacados pelos autores: a interpretação economicista e determinista dos acontecimentos históricos e o papel central que o proletário, aqui como uma classe unificada e uniforme⁵.

A presença desses atores não só aumenta a complexidade das posições políticas a serem adotadas no que se refere ao reconhecimento institucional das suas demandas, como também problematiza a uniformidade usualmente atribuída a grupos e movimentos sociais. Em outras palavras, as demandas apresentadas pelos movimentos raciais, pelos movimentos ambientalistas e feministas apresentam especificidades que não encontram aderência à clássica narrativa revolucionária que tem no proletariado o seu agente central⁶.

Um segundo desdobramento da mencionada complexidade consiste em revelar que a organização e a estabilidade trazidas para dentro de cada um desses movimentos não pode ser pressuposta a partir de alguma propriedade inerente e fixa das partes que integram esses movimentos, antes é fruto de um complexo processo de articulação contingente. Feministas, portanto, podem divergir entre si sobre as bases, o significado e mesmo sobre a prioridade das demandas. Essa divergência não pode ser totalmente eliminada através da construção de um único discurso feminista, considerado legítimo, mas também não pode ser mantida uma vez que esse tipo de discordância, trazido para dentro da produção discursiva de um dado movimento social ou sujeito, minaria as bases de sua própria identidade.

Evitar tanto uma política centrada na particularidade da identidade, sem apelo a qualquer plano transcendente, quanto um discurso universal simplório, que reduz a

⁵ Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 65 e ss.

⁶ É pertinente lembrar a atitude de Marx, que em 1872, ordena que a Associação Internacional de Trabalhadores expulsasse a seção americana, liderada por Victoria Woodhull, que tinha o feminismo (junto com a defesa dos direitos dos negros) como sua principal prioridade. Marx afirmou que a associação devia se livrar daqueles que davam “precedência à questão da mulher em detrimento da questão do trabalho” e que advogavam “a liberação da mulher”. Marx não reconhecia o potencial político do feminismo enquanto Engels, ao construir a teoria da estratificação sexual, proporcionou subsídios teóricos ao feminismo radical. Cf. COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 74.

diversidade de posições sobre o social a um macro discurso que se pretende legítimo, é uma das principais propostas da teoria política de Laclau/Mouffe e onde também encontraremos uma marcante influência pós-estruturalista.

Gilles Deleuze desenvolveu, durante anos, uma teoria da *assemblage* tendo como finalidade abordar de totalidades construídas a partir de partes, elementos, heterogêneos. Entretanto, como as passagens do autor sobre esse conceito se encontram dispersas ao longo de sua obra, discutir esse conceito exigiria, antes, um trabalho exegético e pouco criativo. Coube a Manuel Delanda, em sua obra publicada no ano de 2006, *A New Philosophy of Society*, desenvolver esse conceito no campo da ontologia social. Dois são os pontos do autor que nos interessam em paralelo com a obra de Laclau: a relação entre *assemblage* e totalidade, e a relação entre *assemblage* e essências.

O foco desse trabalho consistirá em desenvolver um breve paralelo entre as duas abordagens mencionadas no tocante ao entrelaçamento entre universal e particular, e entre totalidade e particularidade. Embora essa linguagem não seja, de fato, próxima a que Laclau emprega nos seus trabalhos, nós compreendemos que o conceito de cadeias de equivalência aponta uma problemática semelhante àquela enfrentada por Delanda e Deleuze.

Ao nosso ver, trata-se de uma bem-vinda aproximação uma vez que, embora a relação de Laclau com Lacan, Derrida e Foucault seja explícita, o mesmo não se pode dizer de sua proximidade com a filosofia de Deleuze. Há de se considerar que refere-se ainda à uma pesquisa inicial, a pretensão maior deste artigo consiste em apontar um direcionamento de investigação ao invés de apresentar resultados consolidados.

1. Articulando o Universal: Laclau/Mouffe e as cadeias de equivalência

Em uma passagem analítica e pontual de *Hegemony and Socialist Strategy*, Laclau e Mouffe abordam o entendimento que possuem em torno do que chamam de relação de equivalência:

Uma relação de equivalência não é uma relação de identidade entre objetos. A equivalência jamais é tautológica, uma vez que o caráter substituível que atribui entre certos objetos é somente válido para as posições específicas em um dado contexto estrutural. Neste sentido, a equivalência desestabiliza a identidade que a torna possível, dos objetos eles mesmos até os contextos de suas aparências ou presenças. Isso significa, no entanto, que em uma relação de equivalência a identidade do objeto é dividida: por um lado, ele

mantém o seu próprio sentido literal; por outro lado, ele simboliza a posição contextual em que ele é um elemento substituível⁷.

Uma relação de equivalência, portanto, não reduz a identidade de um elemento específico ao contexto estrutural que o envolve ao mesmo tempo em que ela, a relação, não pode existir sem a identidade. Dito de outro modo, a relação de equivalência abrange a identidade, mas não se confunde com ela. Ao afirmarem que a equivalência jamais é tautológica, Laclau/Mouffe querem dizer que esse tipo de relação não consiste no estabelecimento de uma identidade entre todos os elementos envolvidos, mas na introdução de uma cisão entre o sentido literal e a posição contextual.

Trata-se de um efeito da prática articulatória, por sua vez um pressuposto da relação de equivalência⁸. Conforme os autores, essa prática estabelece uma relação entre objetos de modo a alterar, mas não suprimir, as suas identidades⁹. Abre-se, deste modo, tanto a possibilidade de uma agregação quanto de uma desagregação de elementos previamente dissociados: a junção não ocorre em obediência a um determinado conjunto de leis necessárias ou fundadas em um único princípio de causalidade¹⁰.

As práticas articulatórias não se encontram coordenadas por um princípio de necessidade externo a elas ou que seja decorrente da essência dos elementos que as integram, o que também se estendem a esses elementos uma vez que os autores contestam que o social possua alguma essência:

Se, pelo contrário, a relação entre os elementos internos não é nem essencial, nem necessária, então, além de necessitarmos especificar a natureza das relações caracterizada de uma forma puramente negativa, nós precisaremos explicar o porquê de essas relações não-necessárias entre componentes internos de objetos legítimos não pode existir entre os próprios objetos eles mesmos. Sendo isso possível, uma certa noção de totalidade pode ser reintroduzida, com a diferença de que ela não mais envolvera um princípio subjacente que venha a unificar a 'sociedade', mas um conjunto de efeitos totalizadores em um complexo aberto e relacional¹¹.

⁷ LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 63.

⁸ Para observar também a sua importância no que se refere ao conceito de hegemonia, Cf. MOUFFE, Chantal. *On the Political*. New York and London: Routledge, 2005, p. 17 e ss.

⁹ Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 105.

¹⁰ Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 103.

¹¹ LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 103.

No panorama teórico de *Hegemony and Socialist Strategy*, o desenvolvimento do conceito de articulação remete a um outro conceito, o de sobredeterminação, que fora desenvolvido por Louis Althusser. Trata-se de uma influência muito importante nesta obra uma vez que a sobredeterminação sublinha como o social constrói a si mesmo como uma ordem simbólica que não se encontra ancorada em um fundamento último¹². Constatada a ausência desse fundamento, a falta de identidades fixas faz com que toda organização das relações entre os agentes sociais seja precária – ou seja, são passíveis de serem redefinidas – como também contingentes.

As práticas articulatórias, por sua vez, produzem estruturas discursivas, e para tratar delas os autores introduzem mais dois conceitos: elementos e momentos. O primeiro lida com diferenças não articuladas; o segundo com as já articuladas. Como momentos, cada identidade é relacional e necessária para a configuração dessa estrutura; uma modificação na posição da identidade leva, por sua vez, a uma modificação da estrutura – e vice-versa. A existência do social reflete um esforço de constituição da sociedade como uma ordem objetiva, ou seja, um sistema fechado de diferenças. Esse esforço encontra o seu limite no conceito de antagonismo, que revela a impossibilidade da autoconstituição da sociedade. O antagonismo, portanto, é o limite da ordem¹³.

A formação das cadeias de equivalência passa pelo estabelecimento do antagonismo. O exemplo mencionado pelos autores descreve a atuação de um poder colonial, em uma sociedade hipotética, que se mostra na diferença da cor da pele, na diferença das roupas e na diferença do vocabulário entre a população de um dado país. Quando contrapostos ao povo colonizado, cada diferença se reflete como elemento oscilante, fixando uma distinção dentro da própria organização social: as escolas devem ser frequentadas por brancos, as roupas de seda somente podem ser adquiridas apenas por ricos e a linguagem dos pobres reflete baixa educação. Esse é o primeiro significado, mas os autores apontam um outro: o de que essas diferenças se tornam equivalentes na medida em que se contrapõem a um mesmo referencial, a saber, a parcela negra e de baixa renda.

¹² Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 65; LACLAU, Ernesto; ZAC, Lilian. *Minding the Gap: The Subjects of Politics*. In: LACLAU, Ernesto. *The Making of Political Identities*. London: Verso, 1994, p. 31

¹³ Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 126.

Uma vez que cada um desses conteúdos é equivalente ao outro em termos de uma diferenciação comum frente ao povo colonizado, ele perde a sua condição de momento diferencial, e adquire a característica flutuante de um elemento. Assim, a equivalência cria um segundo significado que, embora parasitário do primeiro, também o subverte: as diferenças cancelam umas as outras na medida em que são utilizadas para expressar alguma coisa idêntica a todas elas¹⁴.

A lógica da equivalência, neste exemplo, divide o social entre o poder colonial e a população colonizada, mas essa divisão não é realizada mediante a atribuição de uma identidade positiva aos dois polos: antes é a relação de antagonismo entre eles que permite que as múltiplas diferenças organizadas em seus respectivos discursos possam ser articuladas¹⁵. É também esse antagonismo que introduz uma relativa estabilidade entre os elos da cadeia uma vez que, desconstituída essa tensão entre os segmentos, cessa também a conexão interna dos elementos que compõem cada um desses polos¹⁶.

Se, retomando o nosso exemplo do poder colonial, o país conquista a sua independência, o que, por sua vez, acaba por desconstituir a relação de antagonismo examinada, as diferenças articuladas nas estruturas discursivas das cadeias de equivalência perdem o seu referencial externo e se desagregam. As cadeias variam conforme o tipo de relação de antagonismo estabelecida.

Em um panorama de alta diversidade das demandas sociais, esse é um ponto de considerável pertinência. Os movimentos operários, feministas, negros, indígenas e os voltados para o combate à discriminação com base no gênero sexual, por exemplo, formulam demandas específicas e não necessariamente convergentes, fazendo com que integrem relações de antagonismo distintas. Entretanto, essas relações de antagonismo podem, todas elas, referirem-se a um conjunto de elementos que envolva todos aqueles movimentos sociais.

É neste momento que a lógica da equivalência opera uma simplificação do espaço social: as demandas daqueles movimentos tornam-se equivalentes, englobando um “macro” discurso calcado na radicalização da democracia, e que é antagônico a uma outra cadeia, que visa impedir a satisfação daquelas demandas. O

¹⁴ LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 128.

¹⁵ Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 131.

¹⁶ Sobre a importância de se construir um espaço de dissenso entre projetos hegemônicos distintos e conflitantes, Cf. MOUFFE, Chantal. *On the Political*. New York and London: Routledge, 2005, p. 5 e ss.

espaço social, antes povoado por diversos segmentos diferentes, agora é cindido em dois grupos com projetos hegemônicos contrários.

A redução da complexidade social através do estabelecimento de cadeias de equivalência permite não só evitar os problemas de uma posição essencialista, como também as limitações, sejam elas teóricas ou estratégicas, das políticas de identidade. No primeiro caso, a impossibilidade de uma fundamentação última do social também impede uma constituição definitiva de qualquer identidade social. Neste sentido, a formação das cadeias de equivalência advém não das identidades dos seus componentes, e sim na instauração de uma relação de antagonismo que, por sua vez, pressiona a articulação daqueles componentes.

No que se refere às políticas de identidades, temos aqui um conjunto de incompatibilidades com a lógica da equivalência proposta pelos autores. A primeira delas, mais teórica do que prática, reside na inviabilidade de se apresentar uma demanda sem transcender o domínio da própria identidade. Para que venhamos a contestar uma ordem ou ressaltar a maneira como ela frustra os nossos interesses e necessidades, nós precisaremos adotar uma linguagem que seja compartilhada não só entre aqueles que acolhem a nossa identidade, como também às autoridades e às outras identidades encontradas em nosso entorno.

A importância desse argumento consiste em mostrar como uma política calcada na rejeição absoluta do universal e na pureza do particular mostra-se inconsistente. Fazer política, então, envolve uma absorção de elementos que transcendem a particularidade das identidades.

O segundo problema, que para este trabalho é o mais pertinente, consiste no seguinte: ao operarem em um contexto de ampla fragmentação do social, as políticas de identidades tendem a isolar as demandas em suas especificidades, o que, sob o ponto de vista estratégico, as torna mais frágeis. Esse posicionamento é compreensível quando abordamos o panorama político mediante uma compreensão essencialista das identidades e aceitamos que projetos abrangentes não existem ou são mesmo inviáveis.

Não somente o colapso das economias socialistas contribuíram para o fortalecimento dessa concepção, como também a pouca receptividade de muitos partidos progressistas frente às demandas voltadas para o reconhecimento de grupos sociais minoritários. A colocação do proletariado como agente privilegiado das transformações sociais terminou por alienar e distanciar as demandas desenvolvidas

pelos novos movimentos sociais, criando um quadro de fragmentação onde os projetos políticos acabam restritos aos interesses mais imediatos de cada grupo.

Essa crise prática, ou estratégica, a princípio, pode suscitar também um questionamento acerca da própria identidade dos movimentos ou partidos de esquerda. Trata-se, porém, de um questionamento que pressupõe a possibilidade de uma fixação última de qualquer identidade dentro de um sistema de significação – o que, como vimos, é algo rejeitado pelos autores. A importância da lógica de equivalência, neste contexto, é a de deslocar a problemática da identidade para a construção de uma cadeia de equivalências delimitada pela própria relação de antagonismo sem a qual não será sequer possível estabelecer relações de equivalência em primeiro lugar.

Os autores conseguem evitar alguns impasses teóricos associados a essa discussão. Considerando a lógica da equivalência, o embate entre demandas voltadas para a redistribuição dos recursos materiais e aquelas orientadas para o reconhecimento social e jurídico de grupos minoritários deixa de ser pertinente: ambos os grupos podem se articular em contraposição a um sistema que não só é indiferente à condição precária de uma parte significativa da população, como também não reconhece os seus direitos e dificulta a sua participação política.

2. Manuel Delanda e a Teoria da *Assemblage*

Em *A New Philosophy of Society*, Manuel Delanda busca desenvolver uma ontologia social ancorada no conceito de *assemblage* extraído da obra de Gilles Deleuze, sobretudo nos escritos em coautoria com Félix Guattari¹⁷. As discussões acerca da existência, ou não, de uma entidade chamada sociedade marcaram consideravelmente o desenvolvimento das teorias sociais no final do século dezenove e também em boa parte do século vinte.

Trata-se de uma indagação pertinente para as teorias sociais uma vez que a análise do social aponta tanto elementos perceptíveis empiricamente (ie. indivíduos em suas relações cotidianas), como também entidades coletivas e abstratas (ie. organizações institucionais, a nação, governo, movimentos sociais, cidades).

¹⁷ Cf. DELANDA, Manuel. Deleuzian Social Ontology and Assemblage Theory. In: FUGLSANG, Martin; SORENSEN, Bent Meier. *Deleuze and the Social*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006, pp. 250-266.

Especificar qual o tipo de relação entre esses segmentos tem sido um tópico de considerável discussão entre os teóricos¹⁸.

Uma das preocupações centrais de Delanda, ao utilizar esse conceito, consiste em evitar uma descrição do social ancorada em uma metáfora organicista. Tal metáfora aborda a totalidade social como um organismo cujo funcionamento das partes é orientado para o benefício de toda a totalidade, exatamente como o funcionamento dos órgãos é orientado para manter o funcionamento do organismo. A identidade de uma parte está diretamente associada com as relações que ela desenvolve com as outras partes integrantes do todo que ela mesma se insere. No momento em que uma parte se separa do todo, ou seja, rompe com a relação, a sua identidade sofre também uma transformação.

Delanda classifica esse tipo de relação como relações de interioridade. Em contraposição a ela, o autor observa que, no que se refere ao tratamento do conceito de *assemblage* dado por Deleuze, as relações passam a ser de exterioridade¹⁹. Mas em que sentido e por que exterioridade? Se, no primeiro tipo de relação, a identidade dos elementos particulares estava ancorada nas relações que desenvolviam entre si, nas relações de exterioridade os elementos subsistem às relações, ou seja, podem se desacoplar e serem articulados em outras relações sem sofrerem modificações. Em síntese, as relações podem ser modificadas sem que os seus elementos mudem²⁰.

Diferente da relação de interioridade, onde o todo pode ser explicado através das propriedades dos seus elementos constitutivos, nas relações de interioridade o todo não é o produto de uma mera soma de elementos, mas da atualização das capacidades em sintonia com outros elementos. Sendo assim, o todo é compreendido como síntese da interação entre as partes ao invés de um agregado de elementos que podem ser decompostos.

Mesmo que seja possível assinalar todos os elementos de uma *assemblage*, deixa-se de lado o vínculo que os une. Um exemplo seria a relação simbiótica entre flores e insetos polinizadores. A reprodução e a transformação de uma determinada orquídea, por exemplo, depende da atuação de uma vespa, criando uma relação que

¹⁸ Cf. DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 4.

¹⁹ Cf. DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Dialogues II*. New York: Columbia University Press, 2002, p. 55.

²⁰ Cf. DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 9.

pode se tornar obrigatória para a manutenção de ambas as espécies, mas cuja origem remete a um processo coevolucionário de cada um deles²¹.

De fato, a razão pela qual as propriedades do todo não podem ser reduzidas às suas partes é que elas são o resultado não de uma agregação das propriedades dos próprios componentes, mas do atual exercício dessas capacidades. Estas, de fato, dependem das propriedades dos componentes, mas não podem ser reduzidas a elas uma vez que envolvem as propriedades de outras entidades com que interagem. Relações de exterioridade garantem que as *assemblages* possam ser decompostas ao mesmo tempo em que permite que a interação entre as partes resulte em verdadeira síntese²².

Na *assemblage* as relações mantidas entre os elementos são contingentes ao invés de logicamente necessárias. As primeiras precisam ser investigadas empiricamente, enquanto as segundas podem ser examinadas exigindo apenas o pensamento. Em outras palavras, um estudo sobre a história coevolucionária da vespa e da orquídea é fundamental para considerarmos essa relação como *assemblage*.

Diferente das totalidades concebidas através das relações de interioridade e representadas pela metáfora do organismo, Delanda nos lembra que uma das suas características mais importantes consiste na heterogeneidade dos seus elementos. Um ecossistema pode ser caracterizado como *assemblage* uma vez que agrega relações contingentes entre territórios, e diferentes espécies de animais e vegetais.

Para Delanda, as *assemblages* possuem duas dimensões: uma relacionada à materialidade e à expressividade dos componentes, ou seja, quanto ao papel que desempenham; outra relacionada com os processos de estabilização e desestabilização, aqui diretamente relacionados aos conceitos de territorialização e desterritorialização de Deleuze e Guattari²³.

No primeiro caso, componentes podem tanto desempenhar um papel expressivo quanto material, ou os dois. Compreendendo uma conversa cotidiana como *assemblage*, por exemplo, a voz desempenha um papel material na transmissão do conteúdo, mas também exerce um papel expressivo uma vez que um tom mais calmo ou raivoso mostra como um falante lida com a transmissão de um determinado tipo de conteúdo.

²¹ Cf. DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 11.

²² DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 11.

²³ Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs* (v. 1) – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 18 e ss.

O papel expressivo, então, não pode ser reduzido à linguagem ou aos símbolos, uma vez que também abrange componentes não-linguísticos que interferem na dinâmica das relações dos elementos. A solidariedade entre duas pessoas pode tanto ser expressa através de palavras, como no caso de uma declaração, e/ou através da própria conduta. A intensidade do exercício das capacidades dos elementos é também importante: falar alto pode expressar a necessidade de fazer chegar o conteúdo que se quer transmitir em um ambiente barulhento, mas um aumento significativo da voz também pode expressar raiva, descontentamento, surpresa, etc.

O segundo caso lida com a manutenção e transformação da identidade das *assemblages*. Para que possamos identificar uma dada formação, a primeira coisa é observarmos os seus limites, as fronteiras que separam o objeto de nossa análise do seu exterior. Cada *assemblage* agrega em si papéis que mantêm a identidade ao reforçar as fronteiras previamente delimitadas, tornando os seus elementos mais homogêneos, e outros que as desestabilizam, complicando as fronteiras ou aumentando a heterogeneidade interna²⁴. Novamente, tratam-se de papéis a serem desempenhados, funções, e não algo intrínseco a um tipo de componente. É possível que um mesmo elemento possa desempenhar uma função estabilizadora e uma outra desestabilizadora.

A adoção do conceito de *assemblage* visa também evitar representar as identidades desses agrupamentos como um conjunto de propriedades fixas e permanentes. Para tanto, é necessário compreender que tipo de posição essencialista Delanda está pretendo evitar. O autor distingue duas delas: a relacionada ao platonismo, que defende a existência de formas arquetípicas e imutáveis contrapostas a um domínio mutável e impermanente; a segunda associada à filosofia aristotélica onde o essencialismo é introduzido através da reificação de categorias gerais a partir das classificações introduzidas pelo teórico.

Na abordagem de Delanda, a teoria da *assemblage* precisa contemplar as intervenções causais na própria realidade ao invés de se restringir a uma decomposição dos elementos da totalidade em particularidades através de uma análise puramente lógica:

²⁴ Cf. DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 12.

Enquanto que no essencialismo taxonômico o papel da análise é puramente lógico, decomposto o gênero nas espécies que o compõem através da sucessiva descoberta de diferenças necessárias, por exemplo, na teoria da *assemblage* a análise precisa ir além da lógica, envolvendo as *intervenções causais na realidade*, como as lesões feitas a um órgão dentro de um organismo, ou o envenenamento de enzimas em uma célula, seguindo por observações dos efeitos no comportamento do todo²⁵.

A emergência de processos sociais, para o autor, não pode ser compreendida através de noções fixas de micro e macro: as escalas variam conforme a relação entre os dois entes contrastados. O surgimento de um mercado nacional pode ser um fenômeno macro quando contrastado com a dinâmica dos mercados regionais, mas micro frente ao mercado global²⁶.

Cada escala adotada mostra como o todo emerge das interações entre as suas partes constitutivas. Novamente, não se trata de endossar um posicionamento atomista em que a ordem social pode ser decomposta em entes cada vez menores, até chegarmos a um que constituiria a sua unidade básica, a exemplo do indivíduo racional. Ao menos duas características da *assemblage* servem para dissociá-la desse tipo de abordagem.

A primeira delas, conforme Delanda, é que indivíduos, existem como partes de população: a malha de relação estabelecida por eles e entre eles é constitutiva de sua própria existência. Nesta abordagem teórica, portanto, não é adequado tomar como ponto de partida elementos que, a princípio, podemos isolar uns dos outros. Essa interdependência entre os elementos, no entanto, não implica que as suas identidades estejam vinculadas às relações que eles estabelecem entre si, como ocorre a partir de uma compreensão da totalidade que é guiada pelas metáforas organicistas.

A possibilidade de desacoplamento dos elementos de uma *assemblage* e a sua reincorporação em uma outra mostra como a identidade das *assemblages* não pode ser compreendida a partir de uma essência pré-estabelecida: antes são os processos de estabilização e desestabilização que conseguem fixar temporariamente um conjunto de propriedades que podem servir para a sua identificação.

A segunda característica se refere às identidades dos indivíduos. A incorporação deles em uma *assemblage* afeta e transforma as suas próprias identidades. Uma pessoa, ao ser incorporada em uma organização, pode vir a trazer

²⁵ DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 31.

²⁶ Cf. DELANDA, Manuel. *Deleuzian Social Ontology and Assemblage Theory*. In: FUGLSANG, Martin; SORENSEN, Bent Meier. *Deleuze and the Social*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006, p. 250 e ss.

para a representação que faz de si mesma os papéis e as atribuições do cargo ocupado. Um militante político absorverá para o seu comportamento e reflexão intelectual várias das orientações, valores e idiosincrasias do partido político que ele recentemente aderiu.

Em contrapartida, a dinâmica interna do todo poderá ser também modificada com a absorção desses elementos: o trabalhador recém-contratado introduz projetos originais que modificam as atividades da empresa; o novo membro do partido confronta várias das posições políticas aceitas, ao mesmo tempo que apresenta novos direcionamentos para as estratégias eleitorais do partido.

A identidade da *assemblage* pode tanto sofrer modificações tendo como referência os impactos ou as relações externas à sua constituição, como também as internas, a partir dos seus próprios elementos. Esses próprios elementos, conforme o mencionado, podem se desacoplar e passarem a integrar um novo tipo de *assemblage* sem que a sua identidade venha a ser alterada.

Em síntese, a proposta teórica de Delanda tem como vantagens evitar tanto a dicotomia entre o micro e o macro, quanto o determinismo de estruturas gerais sob fenômenos particulares ao mesmo tempo em que também não incorre na reificação dos indivíduos e demais elementos particulares. Nos exemplos mencionados na primeira seção deste trabalho, com os dos movimentos sociais, a teoria da *assemblage* pode fornecer algumas contribuições interessantes. Vejamos, de uma forma geral, algumas delas.

Uma possível limitação de uma abordagem centrada em atores políticos coletivos, como os movimentos sociais, em um panorama social de grande complexidade, consiste em ignorar o fracionamento e as múltiplas formas de interação, sobretudo não-lineares, entre os seus elementos constitutivos. Ainda que tenhamos acumulado um conjunto significativo de dados sobre a atuação dos movimentos sociais, não temos como prever ou determinar quais modificações ocorreram em sua estrutura ao ponto de também produzirem um impacto significativo em sua identidade: existem múltiplos mecanismos causais em ação e estes podem tanto serem acionados ou não²⁷. Pode-se acabar atribuindo a cada movimento um conjunto específico e uniforme de demandas, de posicionamentos e crenças, o que minimiza – ou ignora por completo – as variadas possibilidades de dissenso e

²⁷ Cf. DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 31.

divergências referentes às compreensões desses pontos. O resultado é tratar como homogêneo o que é heterogêneo, assim como fixo o que é dinâmico.

A segunda vantagem é observar como as funções materiais/expressivas, e estabilizadoras/desestabilizadoras, desempenhadas pelos elementos constitutivos podem operar na expansão e composição das *assemblages*. Se trabalharmos com um conceito essencialista de identidade, a permanência de um determinado movimento social dependerá da sua adequação a um conjunto de traços previamente estabelecidos.

Então, somente a título de exemplo, as demandas do movimento feminista estariam circunscritas às necessidades e aos interesses de um coletivo determinado, as mulheres: a seletividade das demandas pelo movimento depende, de início, em saber fixar o que contaria como mulher e o que não pode ser abrangido por esse conceito. Uma certa constituição corporal, que claramente pode ser distinguida de uma masculina, serviria como parâmetro, ainda que muito geral, para restringirmos o termo 'mulher'.

Lésbicas, no entanto, serão abrangidas pelo conceito de mulher, mas possuem um conjunto de demandas que não são necessariamente compartilhadas por outras mulheres²⁸. O mesmo ocorreria com mulheres negras, indígenas, e até mesmo aquelas que fazem parte de algum grupo de imigrantes. Em todos esses casos específicos, um movimento cuja organização e significação das demandas repouse sob o conceito de mulher estaria restrito à assimilação de apenas alguns tipos de demandas. Cada segmento traz algo para o movimento que problematiza o seu código inicial de funcionamento: a etnia, o gênero e a cultura vistos sob um prisma feminino que, no entanto, não é partilhado por toda mulher.

Neste sentido, é preciso repensar o modo como concebemos um ator coletivo. Ao invés de concebermos o mesmo como uma coletividade de elementos, inclusive estabelecendo uma vinculação por demais forte e rígida entre as suas partes e o todo, passemos a reconhecer as interações variadas que podem ser estabelecidas entre os elementos e as *assemblages*.

²⁸ A relação entre o conjunto de demandas normalmente associados aos movimentos feministas e aqueles dos transgêneros não necessariamente se entrelaçam, existindo, inclusive, possibilidade de oposição entre elas. Por trás desse embate, a tensão entre sexo e gênero, entre o cultural e o biológico, e as múltiplas saídas que poderiam existir para essa situação. Tentador seria estabelecer a colonização de um termo sobre o outro (o sexo é cultural), ou a equivalência de um termo pelo outro (sexo e gênero como palavras distintas, porém associadas ao mesmo fenômeno).

Pessoas podem, por exemplo, compor duas assemblages muito diferentes, redes interpessoais e organizações institucionais. Organizações existem em uma *ampla margem de escalas*, desde uma família nuclear de três membros até corporações transnacionais empregando meio milhão de pessoas... Algumas redes interpessoais (como as redes de profissionais) cortam organizações; outras não formam nenhuma organização, e ainda existem outras dentro de grandes organizações, funcionando como partes constitutivas da mesma²⁹.

Então, cabe não apenas abrir espaço para a possibilidade daquelas demandas específicas reformularem a compreensão do movimento feminista acerca dos múltiplos estigmas a serem sustentados por diversas mulheres pela sociedade, como também as pontes e conexões com movimentos sociais distintos, ou mesmo a criação de espaços específicos dentro do próprio movimento. As múltiplas formas de organização, portanto, não são tão evidentes ou restritas quanto podem parecer à primeira vista.

Se as *assemblages* podem se fundir ou serem incorporadas em uma outra maior, podemos acolher a existência de processos diversos que façam com que os movimentos feministas, ambientalistas, étnicos, possam ser também parte de uma *assemblage* mais ampla, sem que isso implique no abandono das suas demandas. A multiplicidade de movimentos não necessariamente significaria a produção de dissensos e entraves intransponíveis entre eles.

É uma possibilidade viável, dentro da filosofia de Delanda, a contraposição entre duas *assemblages* que agregam elementos distintos, tal qual as cadeias de equivalência de Laclau/Mouffe tem como o limite – e condição de constituição – as relações de antagonismo. Uma variante desse argumento pode ser encontrada no seguinte posicionamento do teórico político William E. Connolly quando se refere ao seu próprio projeto de uma construção coletiva composta por partes heterogêneas que se conectam em pontos muito específicos, ainda que, a princípio, tenham pouco em comum:

A assemblage política que eu persigo poderá incorporar alguns participantes em virtude de suas necessidades urgentes, outros por interesses econômicos; outros porque partilham de identidades ancoradas por assemblages na religião, na etnicidade, na sexualidade ou gênero; outros por conta de compromissos religiosos ou éticos que assumiram e que também os inspiram³⁰...

²⁹ DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006, p. 33.

³⁰ CONNOLLY, William E. The Ethos of Democratization. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A Critical Reader*. New York and London: Routledge, 2006, p. 168.

É precisamente nessa direção que tentamos, ao longo deste trabalho, incorporar as considerações de Delanda acerca da *assemblage* para que possamos repensar a complexidade da política contemporânea que, ao que pese as inúmeras dificuldades que coloca para as abordagens mais tradicionais, abre também possibilidades estratégicas variadas. Acreditamos que explorá-las mais será um ponto fundamental de uma teoria contemporânea inspirada por um programa político progressista.

Conclusão

Tanto a linguagem quanto os conceitos que compõem as duas abordagens apontam, à primeira vista, para uma distância considerável entre elas. Uma análise mais paciente dos problemas e das preocupações que norteiam os dois projetos acaba por minimizar essa distância.

O conceito de cadeia de equivalência em Laclau/Mouffe, ao nosso ver, permite uma compreensão de totalidades em que os seus elementos constitutivos, ao estarem devidamente articulados, produzem um discurso abrangente capaz de simultaneamente preservar as especificidades das demandas de cada grupo ao mesmo tempo em que “cancela” essas diferenças em um discurso mais abrangente e amplo.

Delanda confronta a totalidade e o essencialismo através de uma apropriação do conceito de *assemblage* teorizado por Deleuze. De início, mostra como a *assemblage* difere da compreensão usual de totalidade ao discernir entre relações de interioridade e relações de exterioridade. Essa distinção, mais adiante, o leva a defender uma posição em que a *assemblage* não pode ser explicada a partir da decomposição de suas partes, nem que a relação entre essas partes é logicamente necessária. Também elas são compostas por elementos heterogêneos que desempenham funções das mais variadas, podendo tanto contribuir para a estabilização da identidade da *assemblage*, quanto a sua desestabilização.

Esse ponto é relevante porque, em ambos os autores, mostra a incorporação da contingência no estabelecimento de relações entre identidades políticas distintas. Abre-se espaço para a construção de posições mais amplas que simultaneamente permitam a construção de estratégias políticas abrangentes: evita-se, com isso, o

cenário de um fracionamento de projetos que, tomados individualmente, mostram-se frágeis e difíceis de formarem um conjunto maior de demandas.

Nas duas propostas se encontra presente uma preocupação em rejeitar uma ênfase no particular em detrimento do universal, algo característico de qualquer articulação política centrada em identidades já estabelecidas. Os problemas enfrentados pelos autores, no entanto, são diferentes e não necessariamente se entrelaçam. Delanda pretende evitar uma espécie de essencialismo que ele associa ao individualismo metodológico; Laclau/Mouffe questionam a possibilidade de um puro particularismo, especialmente no tocante à política identitária típica de discursos multiculturalistas³¹.

Por fim, o papel do coletivo em ambos, seja associado às cadeias de equivalência ou à *assemblage*, é central para fazer avançar as propostas teóricas sustentadas pelos autores. No caso de Laclau/Mouffe, a preocupação teórica é indiscutivelmente política, especialmente ao preparar o terreno para uma releitura do conceito de hegemonia; em Delanda, por outro lado, serve como base para a sua ontologia social realista.

Restaria averiguar em que medida essa forma de realismo reforça ou confronta a teoria do discurso pós-estruturalista desenvolvida em *Hegemony and Socialist Strategy*? A indagação é pertinente já que, ao desenvolver o seu conceito de discurso, os autores se preocupam em ressaltar que, embora cada objeto seja constituído como objeto de discurso, isso em nada significa que inexista um mundo exterior ao qual eles se referem – e eles explicitamente a distinção entre idealismo/realismo³². No entanto, uma pesquisa como essa, inclusive pela importância e especificidade do tema, exige um artigo diverso.

Referências

³¹ TORFING, Jacob. *New Theories of Discourse* – Laclau, Mouffe and Zizek. Oxford, UK: Blackwell, 1999, p. 171 e ss; LACLAU, Ernesto. Universalism, Particularism and the Question of Identity. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. London: Verso, 2007, p. 22.

³² Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985, p. 108; MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 60.

- COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CONNOLLY, William E. The Ethos of Democratization. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A Critical Reader*. New York and London: Routledge, 2006. pp. 167-181.
- DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Continuum, 2006.
- DELANDA, Manuel. Deleuzian Social Ontology and Assemblage Theory. In: FUGLSANG, Martin; SORENSEN, Bent Meier. *Deleuze and the Social*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006, pp. 250-266.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs* (v. 1) – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Dialogues II*. New York: Columbia University Press, 2002.
- GREBE, Eduard. Contingency, contestation and hegemony - The possibility of a non-essentialist politics for the left. *Philosophy & Social Criticism*. v. 35, n. 5, 2009. pp. 589-611.
- LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990.
- _____. Universalism, Particularism and the Question of Identity. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. London: Verso, 2007. pp. 20-35.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.
- LACLAU, Ernesto; ZAC, Lilian. Minding the Gap: The Subjects of Politics. In: LACLAU, Ernesto. *The Making of Political Identities*. London: Verso, 1994. pp. 11-39.
- MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008. pp. 53-70.
- MOUFFE, Chantal. *On the Political*. New York and London: Routledge, 2005.
- SMITH, Anna Marie. *Laclau and Mouffe – The Radical Democratic Imaginary*. London and New York: Routledge, 1998.
- TORFING, Jacob. *New Theories of Discourse – Laclau, Mouffe and Zizek*. Oxford, UK: Blackwell, 1999.